



PROJETO
TEEB
REGIONAL – LOCAL

ACRE

PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA SOCIOBIODIVERSIDADE (ISA SOCIOBIODIVERSIDADE) NO CONTEXTO DO SISTEMA DE INCENTIVOS A SERVIÇOS AMBIENTAIS DO ACRE (SISA)

UMA REALIZAÇÃO

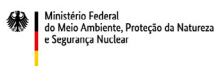
Projeto TEEB Regional-Local

O projeto “Conservação da Biodiversidade através da Integração de Serviços Ecossistêmicos em Políticas Públicas e na Atuação Empresarial – Projeto TEEB Regional-Local” foi implementado de agosto de 2012 a maio de 2019 por meio da parceria entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil e o governo alemão, com a participação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), no contexto da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável Brasil-Alemanha, no âmbito da Iniciativa Internacional para o Clima (IKI, sigla em alemão) do Ministério do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU, sigla em alemão). O projeto contou com apoio técnico da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

EM PARCERIA COM

Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Estado do Acre (IMC/AC)

Por ordem do



da República Federal da Alemanha

Por meio da



CNI. A FORÇA DO BRASIL. INDÚSTRIA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

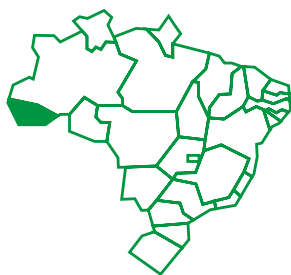


FICHA TÉCNICA

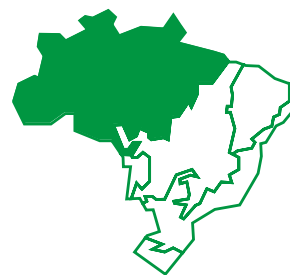
1. ÁREA TEMÁTICA E ABRANGÊNCIA



Incentivos Econômicos para a Conservação e o Uso Sustentável da Biodiversidade



Nível Regional:
Acre



Bioma:
Amazônia

2. PERÍODO DE REALIZAÇÃO



3. ATUAÇÃO NO PROJETO

- Capacitação e sensibilização
- Articulação entre atores e instituições
- Desenvolvimento de métodos, ferramentas ou abordagens
- Apoio técnico
- Apoio ao desenvolvimento de políticas públicas, planos, programas, instrumentos e regulamentos
- Apoio a empresas na internalização do tema serviços ecossistêmicos e capital natural em processos e estratégias de gestão

CONTEXTO

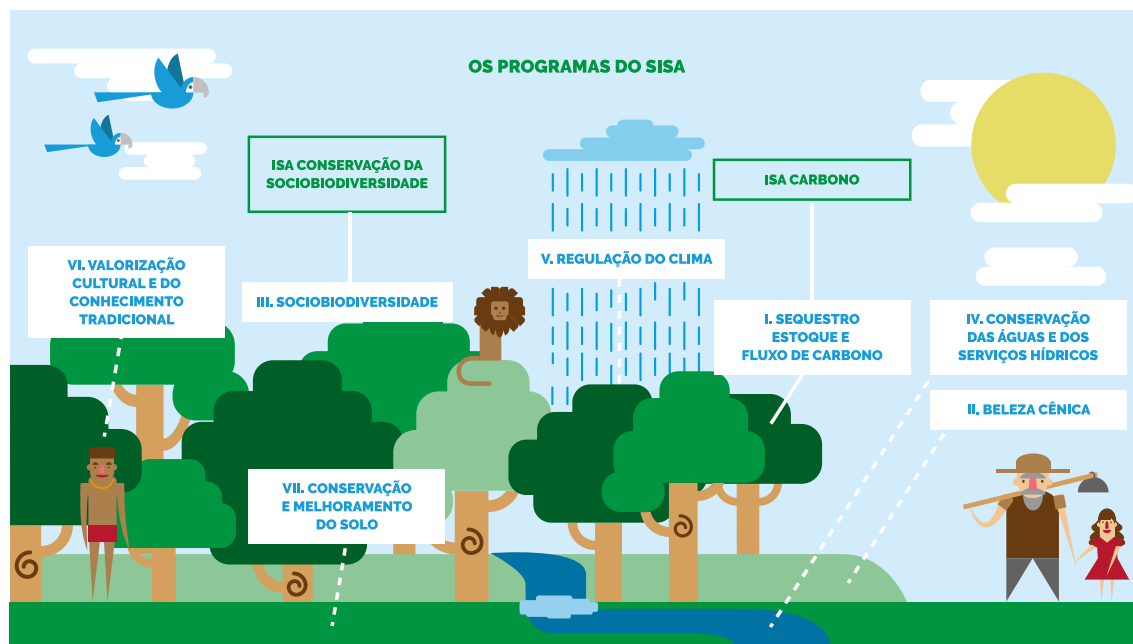
OS SETE PROGRAMAS

DO SISA: I - o sequestro, a conservação, a manutenção, o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono; II - a conservação da beleza cênica natural; III - a conservação da sociobiodiversidade; IV - a conservação das águas e dos serviços hídricos; V - a regulação do clima; VI - a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico; e VII – a conservação e o melhoramento do solo.

FONTE: Governo do Estado do Acre, 2018

O Estado do Acre vem buscando caminhos para consolidar um modelo de desenvolvimento baseado na floresta em pé, com a inclusão dos povos e comunidades tradicionais como protagonistas do processo, por meio do desenvolvimento de negócios sustentáveis e de uma economia de baixo carbono. As cadeias de produtos da floresta vêm sendo apoiadas há alguns anos, mas ainda existem muitos entraves para viabilizar os negócios e torná-los competitivos em relação a produtos convencionais. Nesse sentido, são necessárias ações de integração do valor dos serviços ecossistêmicos nas cadeias da sociobiodiversidade, assim como a implementação de incentivos que viabilizem a estruturação sustentável dessas cadeias.

O Sistema Estadual de Incentivo a Serviços Ambientais (SISA), criado em 2010 e coordenado pelo Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Acre (IMC/AC), promove, controla e faz a gestão de iniciativas locais, ajudando a contabilizar tanto os esforços em nível estadual para a redução das emissões por desmatamento e degradação ambiental quanto outros ativos provenientes de incentivos a serviços ambientais. O SISA prevê a implantação de sete programas de incentivos econômicos para a conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos serviços ambientais associados, que se encontram em diferentes fases de concepção e implantação. O Programa de Incentivos por Serviços Ambientais do Carbono – ISA Carbono (REDD+) funciona desde o ano de 2012.



A fim de dar continuidade à implantação do SISA, o IMC/AC propôs a criação do segundo programa, ISA Conservação da Sociobiodiversidade (abreviadamente ISA Sociobiodiversidade), com o objetivo de promover a valorização dos serviços ecossistêmicos ligados a esse tema, bem como o desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis a partir desses recursos. A sociobiodiversidade envolve o conjunto de interações entre os ecossistemas e seus processos ecológicos, agregados à diversidade sociocultural e de produtos oriundos dessas relações, como a castanha-do-brasil, a borracha, o açaí e muitos outros. Ela é fundamental para a sobrevivência dos povos e comunidades tradicionais, na medida em que agrega valor à floresta e gera oportunidades de trabalho e renda para essas populações. Assim, a sociobiodiversidade se refere ao conjunto dos saberes e conhecimentos tradicionais dos povos da floresta na utilização de seu ambiente, para o desenvolvimento de suas comunidades e a preservação de sua cultura e hábitos de vida.

O processo de criação desse programa começou em 2016. No mesmo ano, teve início uma articulação do estado com o Governo Federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e com a Cooperação Técnica Alemã, por meio da GIZ, no contexto do Projeto TEEB Regional-Local, para apoiar a elaboração, o aperfeiçoamento e a discussão do programa com os diferentes segmentos da sociedade envolvidos. Em uma primeira etapa, em 2017, o projeto contratou especialistas para facilitar reuniões e fornecer subsídios para o grupo de trabalho que foi criado para a construção do programa. Em uma segunda etapa, ao longo de 2018, também foi apoiada a contratação de um especialista e de facilitadores para a realização de diálogos com os principais setores envolvidos, além de audiências públicas para sensibilização da sociedade e aperfeiçoamento das propostas.

PÚBLICO-ALVO, PARCEIROS E BENEFICIÁRIOS

O parceiro político do projeto no estado foi o IMC/AC, que solicitou o apoio e coordenou o processo de construção do programa na forma de lei, o que envolveu a articulação do grupo de trabalho, a realização das consultas setoriais e das audiências públicas e o aperfeiçoamento da proposta.

O grupo de trabalho contou com a assessoria técnica do projeto e teve a participação das seguintes instituições: Associação Andiroba, Companhia de Desenvolvimento de Serviços Ambientais do Estado do Acre (CDSA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Acre (Embrapa-AC), Federação da

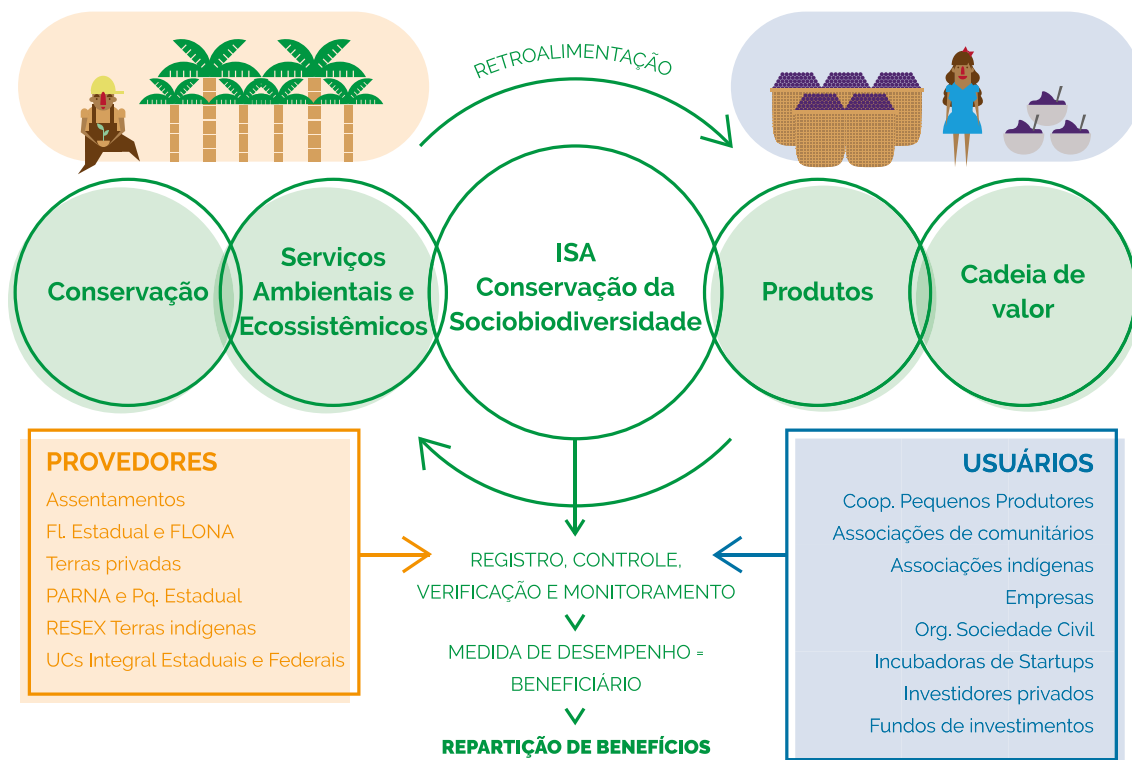
Agricultura e Pecuária do Estado do Acre (Faeac), Federação das Indústrias do Estado do Acre (Fieac), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Procuradoria Geral do Estado (PGE), Projeto Envira Amazônia REDD+, Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof), Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), SOS Amazônia, Universidade Federal do Acre (UFAC) e World Wildlife Fund (WWF) - Brasil.

Com a implantação do programa, espera-se beneficiar diretamente os extrativistas, que incluem povos indígenas, seringueiros, castanheiros, outras comunidades tradicionais e agricultores familiares, assim como o setor empresarial e demais agentes envolvidos nessas cadeias de valor. Potencialmente, o programa também deve favorecer toda a sociedade acreana, por meio dos benefícios diretos e indiretos associados à conservação da sociobiodiversidade.

NARRATIVA DO CASO

O ISA Sociobiodiversidade foi construído a partir de dois componentes – conservação dos serviços ecossistêmicos associados à sociobiodiversidade e desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis. O componente de conservação garante a proteção e a manutenção dos serviços ambientais e ecossistêmicos, aumentando a oferta dos bens e produtos associados ao desenvolvimento das cadeias de valor. Por sua vez, a partir da promoção de boas práticas e negócios sustentáveis, o componente de desenvolvimento diminui os riscos de degradação ambiental e propicia a manutenção dos estoques de recursos naturais, influenciando positivamente a conservação da sociobiodiversidade, a valorização dos serviços ambientais, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento econômico da região.

O programa propõe a criação de um mecanismo financeiro, nos moldes de um fundo socioambiental específico, que será utilizado para a transferência dos recursos a serem obtidos junto aos organismos de cooperações bilaterais e multilaterais, fundações internacionais, setor público e setor empresarial nacional e internacional. Também estão previstos outros instrumentos, como a isenção de impostos para negócios florestais e o fortalecimento e a ampliação de linhas de crédito e fomento, entre outros, visando a consolidação da produção sustentável.



O funcionamento do Programa ISA Sociobiodiversidade está baseado em um componente de conservação dos serviços ambientais e em um componente de desenvolvimento das cadeias de valor.

FONTE: Governo do Estado do Acre, 2018

Em abril de 2017, a direção do IMC/AC solicitou o apoio técnico especializado do Projeto TEEB Regional-Local para realizar o processo de discussão e aperfeiçoamento da minuta da legislação que regulamenta o programa, conforme previsto no artigo 29 da Lei Estadual no 2.308/2010, que estabelece o SISA. Em maio do mesmo ano, o IMC/AC promoveu a II Oficina de Trabalho do programa, com a participação de diversos atores das diferentes esferas do governo, do setor privado e da sociedade civil que atuam com o tema no estado, a fim de definir os passos para a construção de uma proposta de estrutura para o mesmo. Essa oficina teve como resultado a formação de um grupo de trabalho para o aprofundamento dos temas, a elaboração da estratégia de funcionamento do programa e o posterior retorno aos participantes. Nesse processo, a facilitação e a assessoria técnica do projeto asseguraram a realização de estudos, a preparação de textos e de ferramentas metodológicas e a moderação e relatoria dos encontros, promovendo a discussão em torno dos conceitos, diretrizes, objetivos, princípios, modos de governança, instrumentos econômicos e mecanismos financeiros do programa.

A partir das discussões realizadas no grupo de trabalho, formulou-se um documento-base com o escopo do programa, que foi apresentado em uma oficina ampliada, realizada no dia 15 de dezembro de 2017 em Rio Branco.

A então diretora-presidente do IMC/AC, Magaly Medeiros, destacou a participação significativa das instituições estaduais envolvidas com o tema nas discussões. Na oficina, também foram discutidos aspectos fundamentais do programa, gerando propostas concretas para o aperfeiçoamento do mesmo, que foi considerado prioritário pelos presentes.

Os participantes destacaram a importância de realizar reuniões setoriais para apresentação da proposta e aprimoramento do conteúdo, anteriormente à realização das consultas públicas, especialmente para o setor empresarial e para os povos e comunidades tradicionais. A proposta foi aprovada e o IMC/AC solicitou apoio do Projeto TEEB Regional-Local para a realização de oficinas setoriais com os principais segmentos da sociedade envolvidos, sendo identificada a necessidade de ampliar os debates. Assim, em 2018, foram realizadas três reuniões regionais com extrativistas, em Xapuri, Cruzeiro do Sul e Sena Madureira, além de uma com os povos indígenas de todo o estado e outra com o setor empresarial, em São Paulo, totalizando cinco oficinas. O apoio do projeto envolveu, mais uma vez, a preparação de textos e ferramentas metodológicas apropriadas para o diálogo com cada setor, bem como a moderação e relatoria das reuniões.

Após as oficinas, a proposta do programa foi reformulada pelo especialista técnico responsável por sua elaboração, considerando as novas sugestões e adequações indicadas e buscando contemplar as demandas identificadas. Após as consultas setoriais, por sua vez, realizou-se uma audiência pública presencial e eletrônica, e uma nova versão do programa foi elaborada e encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Acre, tendo sido aprovada no final de 2018.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O principal resultado do processo foi a criação do programa, por meio da Lei nº 3462, de 26 de dezembro de 2018, com o objetivo de promover a conservação e a valoração dos serviços associados à sociobiodiversidade, a sustentabilidade econômica das cadeias produtivas ligadas à mesma e a melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades que, com sua cultura, contribuem para sua conservação. O programa foi construído com ampla participação dos atores envolvidos, dos setores público e privado, e com protagonismo do grupo de trabalho intersetorial.

Um importante resultado indireto foi o desenvolvimento de capacidades desses atores, tanto no que se refere ao tema da sociobiodiversidade e serviços ecossistêmicos quanto à gestão de um processo participativo, o que se deu por meio dos encontros do grupo de trabalho, das oficinas e das reuniões setoriais. Assim, diversos setores foram sensibilizados e, de alguma forma, com maior ou menor intensidade, engajados na temática, o que será fundamental para a próxima etapa, de captação de recursos, regulamentação e implementação do programa.

A) Oficina com o
setor empresarial
em São Paulo



B) Oficina setorial na
Reserva Extrativista
Cazumbá-Iracema



C). Oficina setorial em
Cruzeiro do Sul



LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

- ◇ Ainda que o Acre tenha avançado muito nas políticas de desenvolvimento sustentável nas últimas décadas, ainda existe um distanciamento bastante grande com o setor privado, que precisa ser superado para o sucesso do programa. É necessário criar estratégias e instrumentos efetivos de envolvimento do setor empresarial na agenda de desenvolvimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade.
- ◇ Igualmente, é preciso qualificar a comunicação para o envolvimento efetivo da sociedade no desenvolvimento de tais cadeias, sobretudo com o engajamento de mais pessoas nessa agenda, por meio da ampliação das escolhas de consumo consciente.
- ◇ Para a implementação de uma economia de baixo carbono, é necessário ampliar o envolvimento do conjunto de atores da administração pública, de forma articulada entre as três esferas (municipal, estadual e federal) que já atuam historicamente na agenda socioambiental, abrangendo também órgãos de governo ligados aos setores de indústria, comércio, tecnologia, infraestrutura, transportes e fazenda, entre outros.
- ◇ Ao concluir a primeira etapa de elaboração do programa, ao final de 2017, também foi identificada a necessidade de maior envolvimento dos agentes das cadeias de valor, especialmente os extrativistas e povos indígenas, além do setor empresarial. Um aprendizado para o grupo foi que esse envolvimento é fundamental para o sucesso das iniciativas, ainda que demande maior investimento de tempo e recursos. Da mesma forma, promover essa articulação no início do processo, ainda que amplie o tempo necessário para sua realização, é mais produtivo e custo-eficiente do que fazê-la posteriormente.
- ◇ Também foi possível perceber que alguns pontos metodológicos podem ser melhorados em oficinas envolvendo povos e comunidades tradicionais. Seria interessante utilizar recursos que facilitem a comunicação empática e potencializem o aproveitamento dos conhecimentos empíricos que esse público possui. Uma medida sugerida, por exemplo, foi utilizar menos a projeção e mais imagens impressas e desenhos, para estimular uma conversa e uma apresentação mais informais.

OPORTUNIDADES DE CONTINUIDADE

O projeto fez uma contribuição importante para posicionar o tema da socio-biodiversidade como um motor de desenvolvimento econômico e de preservação ambiental no estado. O incentivo à participação da iniciativa privada (empresas, mercado, investidores) é um dos vetores do programa, que assume a interação entre a diversidade biológica e sociocultural orientada para o desenvolvimento, incluindo no sistema econômico a manutenção e a ampliação da oferta dos serviços e produtos do capital natural – uma proposta do tipo ganha (a natureza) - ganha (a sociedade). Entretanto, para que os objetivos do programa sejam alcançados, é essencial dar continuidade a esse trabalho, envolvendo o conjunto de atores estratégicos e articulando as condições para viabilizar as ações. Os próximos passos são a identificação e pactuação de fontes de financiamento para o programa, o detalhamento de suas condições de funcionamento e a implementação do mesmo.

PARA SABER MAIS

Governo do Estado do Acre (2018). **Programa de Conservação da Sociobiodiversidade do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA)**. Versão para consulta pública, novembro a dezembro de 2018.

Lei nº 2.308, de 22 de outubro de 2010. Cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA, o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais – ISA Carbono e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecosistêmicos do Estado do Acre e dá outras providências. Disponível em: www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei2308.pdf

Lei nº 3.462, de 26 de dezembro de 2018. Altera a Lei do SISA e cria o Programa de Incentivo a Serviços Ambientais da Sociobiodiversidade – ISA Sociobiodiversidade. Disponível em: www.legisweb.com.br/legislacao/?id=373016

Almeida, D.; Alves, F. B.; Pires, L. (Org.) (2012). **Governança em cadeias de valor da sociobiodiversidade: experiências e aprendizados de grupos multi-institucionais do Castanha-do-Brasil e Borracha-FDL no Acre.** Brasília, DF: GIZ, Núcleo Maturi, UICN, WWF-Brasil. Disponível em: https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/livro_governanca_de_cadeias_de_valor.pdf

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (2009). **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, DF. Disponível em: www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/PLANO_NACIONAL_DA_SOCIOBIODIVERSIDADE-_julho-2009.pdf

Young, C. E. F.; Bakker, L. B. de (2015). **Instrumentos Econômicos e Pagamentos por Serviços Ambientais no Brasil**. In: Forest Trends. Incentivos Econômicos para Serviços Ecossistêmicos no Brasil. Rio de Janeiro: Forest Trends. p. 33-56.

APOIO TÉCNICO PARA O CASO

Assessoria técnica

Angelo Almeida dos Santos (especialista técnico – Ambiente Consultoria)

Ivana Guerreiro (facilitação e relatoria – Ambiente Consultoria)

José Vicente Vieira (facilitação e relatoria – Ambiente Consultoria)

Débora Almeida (facilitação e relatoria – Ambiente Consultoria)



PROJETO
TEEB
REGIONAL – LOCAL

CASO SISTEMATIZADO PELO PROJETO TEEB REGIONAL-LOCAL

Com o apoio de Nicole Munk e Thais Schneider
2019

Acesso em:

[www.mma.gov.br/biodiversidade/
economia-dos-ecossistemas-e-da-biodiversidade](http://www.mma.gov.br/biodiversidade/economia-dos-ecossistemas-e-da-biodiversidade)